



## OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

2018

### I

#### Qualidade na acção: Coordenação

1 - Como se referiu na proposta do ano 2016/2017 o reforço da intervenção do Magistrado Coordenador na promoção da agilização e articulação da actividade dos magistrados da Comarca tem de passar em primeiro lugar pela realização de reuniões periódicas e, num segundo plano, pela definição de instrumentos de actuação que promovam a articulação dentro das várias jurisdições.

Não tendo sido possível executar plenamente este desiderato, fruto de alguma perturbação causada pela ausência de uma magistrada, com repercussões em três outras Procuradorias, propomos vir a criar este ano uma rede de contactos e circuitos de informação, nomeadamente de natureza temática abrangendo:

a) **na jurisdição penal** – irá ser agendada até ao final do ano uma reunião que envolverá todos os magistrados com intervenção na investigação criminal, no sentido de criar uma rede de contactos informal de partilha de informação que, a partir de temas previamente seleccionados, designadamente;

- *violência doméstica*, medidas de coacção e protecção da vítima; *cibercriminalidade* e práticas na recolha de prova; práticas e critérios no âmbito dos *institutos de simplificação processual*; *harmonização dos procedimentos* (prazos, recolha de prova, etc.) quando da delegação de poderes nos OPC,s para a investigação; *controlo efectivo do inquérito*, ainda que a investigação tenha sido delegada, mediante concretização no despacho inicial dos factos a investigar, provas a recolher e prazo para as concretizar.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Propomo-nos dinamizar este processo através de reuniões periódicas nas quais sejam apresentados os resultados concretos alcançados e sugeridas as alterações que forem adequadas.

b) **na jurisdição de família e menores** – as alterações introduzidas à LOSJ – Lei nº 40-A/2016 de 22 de Dezembro – com a inerente redistribuição de competências por várias Procuradorias, impõe um novo paradigma de intervenção da Coordenação. A existência de diferentes pólos de intervenção, com competências exactamente idênticas, vai exigir um esforço de articulação entre todos no sentido de estabelecer uma rede de transmissão de dados e experiências, que permitam a troca de ideias e a harmonização dos procedimentos.

Face a esta necessidade, recentemente sugerimos ao Exm<sup>o</sup> Senhor Procurador-Geral distrital de Évora que apresentasse ao CSMP uma proposta que visa a nomeação de uma magistrada como coordenadora sectorial para a jurisdição de família e menores. Caso tal proposta mereça deferimento, será agendada uma reunião com todos os magistrados da Comarca com funções nesta área, a fim de estabelecer os princípios do relacionamento entre a coordenação da Comarca e a coordenação sectorial, bem como os procedimentos, as competências e a forma de intervenção destas estruturas.

2 – O Ministério Público desempenha um papel activo nos órgãos de gestão da Comarca, como vem acontecendo desde o início da reforma.

Quanto ao Conselho de Gestão os procedimentos são extremamente simples e informais, quer pela proximidade física dos espaços ocupados pelos seus membros, que pela informalidade, lisura e lealdade entre os respectivos agentes. Não será de mais realçar o excelente relacionamento entre todos, cooperando na resolução dos problemas comuns, num espírito de diálogo e franqueza, sem perder de vista o primordial e a sua razão de ser – o funcionamento da Comarca como um todo, sem privilegiar um



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

sector ou uma classe profissional. Só assim tem sido possível ultrapassar as imensas dificuldades e carências com que a Comarca se debate, mormente ao nível do seu quadro de funcionários, situação que este Conselho já denunciou por diversas ocasiões e em várias instâncias – DGAJ, CSMP, CSM – pelos constrangimentos que provoca. A compreensão e sentido do dever têm permitido, por exemplo que, encontrando-se o quadro de funcionários do Ministério Público numa situação perto da ruptura – dos **dezanove** funcionários do quadro legal só existem **sete!** - o funcionamento destes serviços não tenha sido gravemente afectado, obrigando no entanto ao desvio de recursos das secretarias judiciais, com evidente prejuízo para estas.

Quanto à intervenção no **Conselho Consultivo** – o qual se reuniu apenas uma vez este ano, tendo sido eleitos os novos representantes – a situação é em tudo idêntica à já referida anteriormente. Atenta a natureza deste órgão, consuma-se na comunicação da actividade relevante do Ministério Público na Comarca, a inventariação das dificuldades e obstáculos à sua actuação – com especial acuidade, como referimos, para a ausência de funcionários do quadro.

Acrescentaríamos apenas o seguinte: temos a sensação, pelo menos no que concerne a Beja, já que não tivemos oportunidade de trocar experiências com outros colegas coordenadores, de um certo esvaziamento e desinteresse por parte dos membros não afectos ao sistema de justiça. As (poucas) reuniões realizadas decorrem normalmente sem grande participação, limitando-se os membros do Conselho de Gestão a efectuar as comunicações mais relevantes sobre o funcionamento da Comarca, mas sem “feedback” dos outros membros.

3 – São fundamentalmente três as áreas onde é necessário potenciar a articulação e coordenação entre as jurisdições.

Na **jurisdição penal**, apesar de inexistir qualquer coordenação sectorial, vamos iniciar um ciclo de reuniões periódicas para as quais chamaremos a intervir o magistrado titular no juízo central criminal, bem como os demais magistrados com funções na investigação criminal, a fim de identificar, para corrigir, as deficiências mais notórias no processo



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

investigatório, com reflexos no julgamento, mormente na recolha de prova e no fornecimento atempado ao magistrado do julgamento dos elementos mais relevantes do processo.

Na **jurisdição de família e menores**, esse trabalho deverá ser alcançado em conjunto com a sr<sup>a</sup> Procuradora da República no respectivo juízo central com quem iremos trabalhar a fim de identificar práticas erradas, harmonizar procedimentos em toda a Comarca, estabelecendo normas de actuação, mormente com a jurisdição criminal – por exemplo; nos casos de violência doméstica, de abuso sexual de menores, de abandono, etc. - por forma a criar uma interacção entre todos os intervenientes e que permita o tratamento do assunto nas suas várias perspectivas.

Na **jurisdição de trabalho**, esse trabalho de articulação incide sobre duas vertentes – **criminal** – na denúncia de situações susceptíveis de integrar práticas delituosas, com comunicação aos departamentos respectivos. **Cível** – com a representação dos trabalhadores mormente em casos de reclamação de créditos em processos de insolvência, sendo conhecidos os procedimentos para o desencadear das acções necessárias.

**Qualidade na acção: Reforço da direcção efectiva do inquérito:**

1 – Os pressupostos organizacionais e metodológicos inscritos nos objectivos estratégicos veiculados pela Procuradoria-Geral da República, bem com as sugestões a nível de estrutura estão pensados e desenhados para uma Comarca estruturada com um grau de complexidade completamente diferente daquela que Beja possui.

De facto, não existe propriamente um departamento especializado para a investigação criminal. Não há sequer magistrados afectos exclusivamente à investigação criminal. Não existe uma única secção especializada quer para a investigação da criminalidade mais grave ou complexa, que para uma determinada realidade criminal – violência doméstica, por exemplo -.

Não há e enquanto o quadro de magistrados for aquele que é, não haverá.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Já o dissemos em anteriores ocasiões e voltamos a repetir: seria útil e com forte probabilidade de ganho em termos de eficiência da investigação, celeridade nos procedimentos e eficácia dos resultados finais que, para algumas realidades criminais - violência doméstica, abusos sexuais de crianças, cibercriminalidade, criminalidade económico-financeira, nomeadamente – fosse criada uma secção especializada centralizada com competência em toda a Comarca, dotada de **um magistrado** – não mais que isso – que lhe estaria exclusivamente afecto e que realizaria a investigação desta criminalidade. Para além da vantagem da especialização – **três ou quatro tipos criminais** constituiriam o seu “património” – esta solução permitiria a uniformização dos procedimentos investigatórios, o estabelecimento de regras de actuação idênticas com todos os OPC,s, maior celeridade na actuação e, certamente, a substancial melhoria dos resultados, quer em termos repressivos/punitivos, que em termos de protecção e apoio das vítimas.

Até lá iremos empreender uma série de iniciativas conjuntas com todos os magistrados ligados à investigação criminal no sentido de elaborar um “catálogo de boas práticas” para algumas espécies criminais, mormente as supra-referidas – a exemplo do que ficou exarado na Acta da nossa reunião de dia 13 de Outubro com os OPC,s sobre a recolha de prova na Cibercriminalidade (SIMP de dia 3 de Novembro) a fim de conferir uniformidade e celeridade aos procedimentos.

2 – A Comarca de Beja foi recentemente objecto de importantes alterações no quadro de magistrados. Apenas Beja (sede) e Odemira (parcialmente) mantiveram alguma estabilidade. O que significa que alguns dos pressupostos e ideias já consolidadas terão de ser objecto de revisão e actualização. Já em várias ocasiões tivemos oportunidade de realçar junto dos magistrados a desadequação de algumas práticas facilitistas – por exemplo, delegar no primeiro despacho a competência para a realização do inquérito no OPC sem especificar qualquer diligência, meio de prova, prazo para sua recolha, etc – que em muito contribuem para o arrastar do processo e entorses na prova. Nas reuniões supra-referidas, que iremos



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

realizar em breve, irão ser apresentadas propostas concretas – gerais e específicas para cada uma das espécies criminais mais comuns – da tipologia de despacho inicial e uniformização de prazos, para que o magistrado – quando assuma pessoalmente a investigação – ou o OPC quando delegada, possa planear a sequência lógica do processo e o cumprimento dos prazos do inquérito.

3 – Considerando que a colocação de novos magistrados na Comarca de Beja no movimento de Setembro de 2017 conduziria ao aparecimento de diferentes percepções e sensibilidades sobre o relacionamento com os OPC,s de Beja, promovemos a realização, em 13 de Outubro, de uma reunião de todos os magistrados com funções na investigação criminal e a GNR e PSP, no sentido de estabelecer regras de actuação – algumas de natureza extra-processual – e esclarecer dúvidas de procedimento e de interpretação de normas. Para além dos resultados dessa reunião – Acta nº 4/17 – e considerando a natureza dinâmica desse relacionamento, iremos propor a todos os magistrados com funções na investigação criminal a realização de reuniões periódicas com os OPC,s da respectiva Procuradoria, não só para incrementar a melhoria da sua intervenção em sede de investigação, mas também para esclarecimento de alguns procedimentos de natureza preventiva. Os resultados dessas reuniões hão-de ser posteriormente comunicados à Coordenação a fim de, se necessário, propor aos respectivos comandos hierárquicos as correcções que se imponham.

**Qualidade na acção: Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias:**

1 – Como já referimos em documento anterior, a estrutura da Comarca de Beja não exige a implementação de especiais procedimentos de ligação entre as diferentes fases processuais – mormente no domínio penal – uma vez que na **esmagadora maioria** dos casos o magistrado que investiga no inquérito, participa na instrução e sustenta a acusação em julgamento – e recorre quando é o caso – **é sempre o mesmo**. Só em situações de acusação deduzida perante Tribunal Colectivo – apesar de





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

tudo uma reduzida minoria, com adiante explicitaremos – a questão se poderá colocar. Contudo, para além de diferenças de pormenor ou divergências de interpretação jurídica discutíveis, não nos foi reportado pelo sr. Procurador da República no juízo central cível/criminal qualquer situação da qual tenha resultado prejuízo na actuação do Ministério Público ou qualquer insuficiência de informação que a pudesse ter comprometido.

Há, no entanto, alguns procedimentos que, embora emanando do mesmo magistrado poderão, uma vez implementados, simplificar e facilitar a aquisição e produção de prova, potenciando a qualidade do resultado do julgamento, mediante uma intervenção prévia a montante.

Concretizando e a título exemplificativo: porque não recorrer de forma mais sistemática e consistente ao instituto da produção antecipada de prova nos termos do artº 271º do CPP, sendo certo que em muitas ocasiões a acusação naufraga no momento em que a vítima é confrontada com o agressor?

Também aqui iremos implementar algumas alterações aos procedimentos até agora seguidos.

2 – Sobre esta vertente dissemos o seguinte em documento anterior *“não foram também reportadas deficiências na transmissão de informação entre as instâncias - designadamente a instância central criminal - e a execução de penas. Não têm surgido problemas com a liquidação e contagem de penas e os elementos necessários à realização dos cúmulos jurídicos têm sido fornecidos atempadamente e com precisão”*

A situação não sofreu qualquer alteração, continua a não existir qualquer problema de comunicação entre a 1ª instância e o Tribunal de execução de penas, mormente no que concerne à liquidação da pena, ao fornecimento de elementos sobre a situação dos arguidos detidos, cumprimento dos prazos de libertação, etc.

3 – O Coordenador da Comarca vem exercendo cumulativamente as funções de coordenador sectorial das diferentes jurisdições. Pelo que muita da articulação e ligação com a hierarquia nessas instâncias passa directamente por si.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Está instituído um sistema de controlo – que será melhorado – de vários aspectos da intervenção do Ministério Público nas diversas jurisdições e que se vem traduzindo no reporte de todas as incidências mais relevantes em tempo útil à Procuradoria Distrital, nomeadamente:

- Na **jurisdição cível**, com o controlo pessoal da intervenção de cada magistrado e interacção posterior com a responsável a nível distrital para a respectiva área, sempre que estejam em causa interesses patrimoniais do Estado, tendo realizado inclusive reuniões de debate e esclarecimento sobre matérias mais específicas.

- Na **jurisdição penal**, monitorizando e informando sobre todas as situações de maior repercussão – propondo o deferimento de competências ao DIAP para certo tipo de criminalidade; controlando e informando sobre o andamento de processos envolvendo agentes de autoridade, etc. que possam afectar o desempenho do Ministério Público.

Por outro lado os magistrados são incentivados a tomar conhecimento das posições assumidas pela hierarquia junto do Tribunal da Relação, nomeadamente quanto a vários aspectos dogmáticos – recolha de prova, localização celular, recolha de dados de tráfego (processo recente) – e a contactar directamente os colegas junto dos Tribunais superiores, sempre que surjam dúvidas sobre a posição sustentada pelo Ministério Público.

Foi recomendado – e agora terá de ser renovado – o estudo e reconhecimento das diversas abordagens e posições assumidas no que concerne, por exemplo sobre as circunstâncias da suspensão e medida da pena, sua dosimetria, etc.

### **Qualidade na acção: Valorização da intervenção em julgamento**

A intervenção em julgamento dos magistrados do Ministério Público continua a apresentar índices de qualidade que se poderão medir através da análise de dados objectivos. A prestação dos magistrados no ano 2016/2017 permitiu obter resultados muito satisfatórios comprovando que, quer o





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

trabalho realizado em sede de investigação, quer o desempenho em julgamento se pautaram por níveis de exigência e qualidade.

Na realidade e de acordo com os dados que retirámos do sistema temos o seguinte:

a) Em toda a Comarca e no período de 1 de Setembro de 2016 a 15 de Julho de 2017 foram realizados **973** (novecentos e setenta e três) julgamentos em processo-crime e contra-ordenacional.

b) assim discriminados:

- **547** (quinhentos e quarenta e sete) comuns singulares
- **38** (trinta e oito) comuns colectivos
- **145** (cento e quarenta e cinco) sumários
- **114** (cento e catorze) sumaríssimos
- **23** (vinte e três) abreviados
- **103** (cento e três) contra-ordenações
- **3** (três) cúmulos jurídicos

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo sistema terão ocorrido **144** (cento e quarenta e quatro) absolvições.

Este número, em bruto e sem o tratamento que explicitaremos, já dá uma ideia aproximada da “performance” registada no que concerne ao grau de exigência no desempenho do Ministério Público em sede de julgamento – percentagem de **14,80%** de absolvições – e que traduz uma melhoria relativamente ao ano transacto. Todavia, como o sistema não consegue isolar as absolvições “puras”, isto é, os processos onde se registou um “decaimento” total – por exemplo, basta que num processo com **5 arguidos** só **um** deles tenha sido absolvido para que esse facto seja registado como uma absolvição – é previsível que a percentagem de “insucessos” seja ainda **substancialmente inferior**.

No entanto, apesar do optimismo com que se pode encarar esta faceta da actuação do Ministério Público em Beja e considerando que foram aqui colocados magistrados cujo perfil ainda não conhecemos, iremos proceder periodicamente a uma análise através do sistema informático, por amostragem, da intervenção de cada magistrado em julgamento, quer no processo de inquirição, quer em alegação final.



### **Celeridade: Decisão de mérito em tempo útil**

1 – No dia 4 de Setembro de 2017 e após a tomada de posse dos novos magistrados colocados na Comarca, realizou-se uma reunião de trabalho na qual foi dado especial enfoque ao cumprimento dos Objectivos Processuais fixados para o ano judicial de 2016/2017. E, com especial relevância, na aplicação dos institutos de simplificação processual.

Sendo certo que o desempenho sobre o qual se pode agora fazer uma reflexão não poderá ser imputado aos recém-empossados, importará fazer desde já um balanço provisório, para avaliar o grau de cumprimento dos objectivos fixados e estabelecer as bases para os objectivos de 2018.

Assim, no período de 1 de Setembro de 2016 a 15 de Julho de 2017 foram recolhidos indícios para acusar em **822 inquéritos**.

Os mecanismos de simplificação processual, no seu conjunto, foram utilizados em **415 ocasiões - 50,49%** - o que fica ligeiramente abaixo, tal como ocorreu aliás no ano transacto, da percentagem fixada que era de **60%**. Apesar de tudo, continuaremos a manter esta percentagem que julgamos ser perfeitamente alcançável. Para tanto, iremos monitorizar mensalmente o grau de cumprimento deste objectivo.

No que respeita à utilização do mecanismo previsto no artº 16º nº 3 do CPP os resultados excederam as perspectivas. Do total de **220** (duzentos e vinte) processos que deveriam ser da competência do Tribunal Colectivo em **201** (duzentos e um) foi utilizado o mecanismo do artº 16º nº 3 o que se traduz numa percentagem de **91,36%**, claramente superior à fixada que era de **75%**. Tendo em conta estes dados actualizaremos o valor para o ano de 2018 para **80%**.

Haverá ainda a referir que o recurso ao processo sumaríssimo ocorreu em **114** (cento e catorze) ocasiões e ao processo abreviado em **24** (vinte e quatro) ocasiões.

Uma análise de conjunto permite-nos concluir que o recurso aos mecanismos de simplificação é procedimento consolidado, faz parte integrante do “modus operandi” de cada magistrado e obedece a padrões uniformes com garantias de equidade.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

2 - Tendo em consideração os resultados que vêm sendo alcançados na utilização do mecanismo da suspensão provisória do processo – em **201** casos no período em referência – mormente a ausência de rejeição por parte do Juiz (já reportada em documento anterior) bem como o sucesso da medida proposta, tendo em conta a uniformidade de critérios no que concerne à selecção da realidade criminal, na escolha das situações e das injunções – de natureza pecuniária na sua maioria – bem como do perfil do arguido e pela análise de algumas situações aleatoriamente escolhidas, somos levados a concluir que as decisões estão bem fundamentadas, de facto e de direito e as injunções equilibradas e correctamente distribuídas – por exemplo; na sinistralidade rodoviária os magistrados têm dado preferência a associações de bombeiros; nos crimes contra animais a associações de defesa animal; nos crimes de violência doméstica de baixa intensidade ou por sugestão da vítima a associações de apoio à vítima, etc.

Em suma: a qualidade da intervenção é bastante boa, sendo apenas necessário acompanhar o desempenho dos (novos) magistrados até formar uma convicção.

Como se referiu anteriormente o recurso ao processo sumaríssimo ocorreu em 114 ocasiões. Trata-se de um valor inferior ao do ano transacto, mas que se enquadra bem dentro da filosofia de trabalho na Comarca, não traduzindo qualquer relaxamento na implementação deste instituto. Pelo que se conseguiu apurar esta realidade explica-se pela conjugação de factores puramente conjunturais. A utilização deste mecanismo processual é ideia perfeitamente consolidada e assente e foi-lhe dado um especial realce na reunião de dia 4 de Outubro, pelo que estamos convictos do seu incremento no próximo ano.

A base de dados da suspensão provisória do processo continua a ser preenchida correctamente pelos senhores magistrados, não tendo registado situações de incumprimento.

3 – Apesar das vicissitudes que a Procuradoria de Beja esteve sujeita desde Novembro de 2016 a Março de 2017, com a ausência não colmatada da sr<sup>a</sup> Procuradora Adjunta de Moura, com implicações nessa Procuradoria



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

e nas Procuradorias de Serpa, Ferreira do Alentejo e Almodôvar, apesar desses constrangimentos, continuam a não ocorrer situações de pendências excessivas que justifiquem a adopção de especiais medidas de gestão quer processual, que de recursos humanos. Considerando o volume actual de serviço e o fluxo de entradas, estamos convictos – e sem embargo de ser necessário mais algum tempo para avaliar o mérito nos novos magistrados – que os titulares dos lugares têm o dever de assegurar, sem sobressaltos, todo o serviço distribuído e a distribuir em cada Procuradoria e garantir o cumprimento das metas propostas.

Numa análise mais fina e concretizando melhor - no período de **1/09/16 a 15/07/17**:

- a) Em **Almodôvar** – estavam pendentes em 1 de Setembro **145 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **141 inquéritos** – 9 processos suspensos.
- b) Em **Beja** - estavam pendentes em 1 de Setembro **766 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **654 inquéritos** – 46 processos suspensos.
- c) Em **Cuba** - estavam pendentes em 1 de Setembro **181 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **150 inquéritos** – 13 processos suspensos.
- d) Em **Ferreira do Alentejo** - estavam pendentes em 1 de Setembro **128 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **117 inquéritos** – 7 processos suspensos.
- e) Em **Moura** - estavam pendentes em 1 de Setembro **250 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **308 inquéritos** – 14 processos suspensos.
- f) Em **Odemira** - estavam pendentes em 1 de Setembro **474 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **472 inquéritos** – 60 processos suspensos.
- g) Em **Ourique** - estavam pendentes em 1 de Setembro **258 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **196 inquéritos** – 20 processos suspensos.
- h) Em **Serpa** - estavam pendentes em 1 de Setembro **156 inquéritos** e estão pendentes a 15 de Julho **206 inquéritos** – 20 processos suspensos.

Portanto, com as excepções de Moura e Serpa – esta especialmente afectada dado que foi sobre a Procuradora Adjunta de Serpa que recaiu o ónus de assegurar toda a representação do Ministério Público e o serviço da secção na ausência da titular de Moura – todas as restantes Procuradorias apresentam níveis de eficácia bons, não existindo, como os números demonstram, situações de pendências excessivas. E mesmo estas duas



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Procuradorias, mercê do esforço que está a ser desenvolvido pelos seus titulares chegarão ao final do ano, estamos convictos, com valores positivos.

O tempo médio de duração dos inquéritos, na totalidade da Comarca também foi reduzido, tendo-se conseguido diminuir para **38,46%** a percentagem – ainda assim relativamente elevada e susceptível de melhoria – de inquéritos com prazo superior a 8 meses.

## II

### Áreas Prioritárias

#### Protecção das Vítimas

1 – Os pressupostos da actuação dos magistrados do Ministério Público nesta Comarca sempre que se torne necessário acautelar situações de vulnerabilidade e constrangimento – nos casos mais paradigmáticos de vítimas de violência doméstica, abusos sexuais de crianças e ofensas visando pessoas idosas, estão estabelecidos pelo menos desde a publicação do documento que precedeu o presente e têm sido seguidos com zelo e rigor.

Nomeadamente e como então foi preconizado no que concerne à informação a prestar à vítima no primeiro contacto com as instâncias formais de controlo; à tutela judicial e policial; à garantia da privacidade na recolha de dados e à utilização intensiva dos mecanismos processuais previstos na lei – audição na ausência do agressor; por teleconferência, para memória futura -.

Todos estes mecanismos foram postos em prática no decurso dos anos de 2016 e 2017.

Haverá porém que ter em consideração o seguinte, que nos é reportado com regularidade, mormente nos casos de violência doméstica.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

O sucesso destas medidas depende, na maioria dos casos, do grau de cooperação da própria vítima. O que, ao contrário do que se pretende fazer crer, não acontece com a regularidade e frequência desejadas. Em muitos processos de violência doméstica – pelo menos é frequente na Comarca de Beja – ultrapassado o choque inicial, feita a queixa, confrontam-se os senhores Procuradores com o desinteresse, muitas vezes, a inércia também e mesmo o boicote à investigação por parte de quem deveria, supostamente, ser o (a) principal interessado(a) na resolução célere do caso. Este facto foi por nós recentemente analisado quando da elaboração do relatório intercalar de 2016 – Setembro a Dezembro – quando nos deparámos com um número significativo de inquéritos por crime de violência doméstica que já tinham ultrapassado 8 meses de tramitação, sem que a investigação revelasse, à partida, especial complexidade.

Para além destas situações anómalas iremos renovar junto dos novos magistrados todas as recomendações anteriormente feitas, nomeadamente quanto à escolha de medidas de coacção centradas na protecção da vítima – nos casos de violência doméstica, v.g., promover o afastamento do agressor e a proibição de contactos de forma sistemática – nas agressões a idosos estabelecer procedimentos que aligeirem a comunicação com as instâncias formais extra-judiciais – segurança social, v.g. – por forma a acelerar a sua intervenção.

Tomar especial atenção à recolha de prova testemunhal, promovendo a recolha de depoimento para memória futura a fim de evitar a repetição de actos, o confronto com o agressor e as constantes deslocações ao Tribunal.

### **Direitos das crianças e jovens**

A estrutura da jurisdição de família e menores foi a que sofreu maiores alterações no decurso deste ano judicial, mercê da confluência de dois factores distintos.





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Por um lado, com as alterações introduzidas pela Lei nº 40-A/16 de 22 de Dezembro, que procedeu a uma redistribuição de competências por várias Procuradorias e Juízos e, por outro, com a alteração do quadro de magistrados no juízo central - com efeitos a partir de 1 de Setembro - que passou a dispor apenas de um Procurador da República.

Os efeitos práticos destas alterações traduzem-se numa diminuição do volume de trabalho da Procuradoria junto do Juízo central, com consequências positivas. Compensam, de certo modo, muitas reclamações contra o afastamento físico do Tribunal relativamente a muitos pontos do território da Comarca. Mas – há sempre um mas... - correm o risco de potenciar divergências de procedimentos, tratamento das várias situações e de entendimento sobre as soluções mais adequadas. Por outro lado, abre uma brecha no processo de especialização pelo qual se pugna desde o início da reforma judiciária.

Todavia e sem esquecer alguns problemas que esta solução poderá gerar, haverá que tentar potenciar as suas vantagens, mormente aproveitando a maior disponibilidade da sr<sup>a</sup> Procuradora da República para vir a assumir uma verdadeira coordenação sectorial introduzindo, com maior eficácia, maior planeamento, bem como uma gestão mais próxima e profícua.

Nesse sentido sugerimos ao Exm<sup>o</sup> Senhor Procurador-Geral Distrital de Évora que propusesse ao CSMP a nomeação da sr<sup>a</sup> Procuradora da República junto do Juízo Central de família e menores com coordenadora sectorial para a referida área.

Na verdade, a existência de mais quatro Procuradorias – Almodôvar, Moura, Odemira e Ourique, além da Procuradoria no Juízo central - com competência nesta jurisdição justificará um controlo, direcção e planeamento que só um coordenador sectorial estará em condições de realizar.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Assim e sem embargo das iniciativas que, caso essa proposta mereça deferimento, a senhora Procuradora vier a empreender, continuamos a entender que:

1 – O atendimento ao público continuará a desenvolver-se nos moldes em que já decorria, em face dos resultados obtidos, isto é: para além do atendimento especializado que é levado a cabo em todas as Procuradorias com competência nesta área, todas as demais Procuradorias continuarão a realizar atendimento na jurisdição de menores. Esse atendimento deverá ser – como sempre foi até agora – personalizado, feito pelo próprio magistrado. Os moldes e limites que deverá assumir competirá à senhora Procuradora definir. Deverão ser mantidos e reforçados os canais de comunicação entre todos os magistrados e especialmente entre aqueles que recebem a notícia e aqueles a quem o processo deverá ser deferido por efeito da distribuição de competência.

2 – Quanto à interacção com as CPCJ,s a situação actual é bastante melhor que há um ano e que foi referida no projecto de Objectivos de 2016/2017.

A afectação de um único magistrado ao trabalho com estas entidades permitiu superar, ainda que não totalmente, algumas das deficiências apontadas, nomeadamente:

- no agendamento das reuniões.
- na assiduidade da intervenção do Ministério Público nas reuniões periódicas.
- na correcção de irregularidades e na eficácia e celeridade dos processos.
- na tipificação das situações em que o Ministério Público deva intervir.
- no estabelecimento de canais informais de contacto e troca de informações.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Esta melhoria, cujo mérito terá também de ser atribuído à intervenção da senhora Procuradora que foi afectada a esse serviço, deverá ter a necessária continuidade, continuidade essa que só será alcançada introduzindo uniformidade nos procedimentos – dado que agora são seis os magistrados em interacção com as diversas CPCJ,s – com o aproveitamento das experiências implementadas neste ano.

3 – A situação alterou-se impondo a adopção de procedimentos específicos de articulação de trabalho conjunto.

Propomo-nos por isso estabelecer uma rede de contactos, em primeira linha entre todos os magistrados com funções nesta área e, em segunda linha com os demais, para todas as situações urgentes e naqueles casos de intervenção subsidiária, a fim de tornar célere a troca de informação e introduzir uniformidade nos procedimentos. A articulação com a Procuradoria do Juízo central deverá obedecer a uma relação de “hierarquia informal” constituindo os respectivos pressupostos de trabalho e soluções organizativas orientações genéricas para as demais.

Também por este motivo se nos afigura importante e estrutural no desenvolvimento de um mecanismo eficaz de coordenação, articulação e uniformização de processos, que a magistrada junto do Juízo central possa intervir de acordo com procedimentos formais e vinculativos.

Quanto à articulação com as instituições de assessoria e apoio – em Beja apenas a Segurança Social/EMAT e a DGRSP – continua a processar-se em moldes idênticos com alterações, para melhor, no relacionamento com a DGRSP, cuja actuação tem vindo a apresentar índices de eficácia, produtividade e celeridade mais positivos.

No que concerne à intervenção da Segurança Social/EMAT e com o propósito de identificar os principais pontos de estrangulamento e disfunções na sua actuação, a senhora Procuradora da República solicitou uma reunião com a respectiva direcção. Dessa reunião reportou-nos a senhora Procuradora o seguinte:



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

- a Segurança Social continua altamente deficitária em termos técnicos e humanos.

- por outro lado, os procedimentos seguidos enfermam de uma enorme e injustificada formalidade – por exemplo, uma simples informação requerida pelo Tribunal impõe um procedimento protocolar tipo, com elaboração de relatório padronizado, no qual se aborda uma generalidade de matérias que nada têm a ver com o pedido concreto – o que torna logo a resposta muito mais morosa e complexa, sem que daí resulte qualquer benefício.

- a senhora Procuradora tentou sensibilizar as técnicas para a necessidade de desburocratizar estes procedimentos, mas foi informada que não é da competência destas técnicas introduzir alterações aos procedimentos estabelecidos.

- a senhora Procuradora alertou ainda para o facto de muitos relatórios não serem enviados atempadamente, nomeadamente quanto é necessário proceder à revisão de medidas decretadas, tendo apurado que a Segurança Social - em Beja pelo menos - ainda não adoptou qualquer sistema de aviso ou alarme para os “dossiers” que tem pendentes, o que significa que só age reactivamente quando o Tribunal formula o pedido.

Tendo em conta as deficiências apontadas é nossa intenção realizar uma reunião com todos os magistrados com competência na jurisdição de menores e com a Segurança Social a fim de que dela possa resultar um conjunto de boas práticas tendentes não só a introduzir melhorias na qualidade e celeridade dos relatórios, mas também na sua desburocratização.

4 – Na Comarca de Beja não existem Centros Educativos.

Existem quatro instituições de acolhimento – A “Casa Pia” para rapazes com idade superior a 12 anos; a “Buganvília” para jovens dos dois sexos até aos 12 anos; A “Fundação Manuel Gerardo” para raparigas até



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

aos 12 anos e a instituição “Gerar, Percorrer e Socializar”, com sede em Castro Verde para jovens dos dois sexos a partir dos 12 anos.

De acordo com as instruções que demos, todas estas instituições já receberam a visita dos magistrados respectivos. Não será de mais salientar o trabalho desenvolvido sobretudo pela senhora Procuradora da República que vem acompanhando o seu funcionamento e me tem reportado algumas situações anómalas em pelo menos uma delas – a **Casa Pia**.

De facto, instalou-se nesta instituição um ambiente de laxismo e incompetência que coloca em risco a finalidade da sua própria existência – prestar apoio aos jovens que aí são acolhidos. Multiplicam-se as fugas de jovens internados. Os técnicos exibem sobre os jovens uma sobrançeria e prepotência que não se inibe perante a presença de estranhos, tudo se conjugando para que o ambiente não seja o melhor. Estes factos já foram denunciados por várias vezes à Segurança Social – pelo Ministério Público e pelo Tribunal – mas nada foi feito até agora.

Solicitámos à senhora Procuradora que nos enviasse um breve relatório reportando as incidências mais relevantes a fim de, por via hierárquica, fazer com que a tutela tenha conhecimento da situação e tome medidas.

5 – Continuamos a acompanhar a evolução da intervenção institucional das entidades externas, criada pela Lei nº 141/15 de 8 de Setembro, nomeadamente a assessoria técnica e mediação, sem detectarmos alterações sensíveis ao seu padrão de comportamento. E aos resultados produzidos.

Na verdade, tal como se referiu anteriormente, a **assessoria técnica** continua a contribuir de forma muito positiva para alcançar a solução consensual dos litígios, contribuindo para incrementar a dinâmica de actuação do Tribunal. Todavia, mantém-se os constrangimentos supra-referidos – escassez de meios técnicos e humanos – uma vez que as técnicas que prestam apoio - técnicas da Segurança Social - são as mesmas



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

que têm de assegurar uma pluralidade de intervenções nos mais variados domínios.

Por insistência da senhora Procuradora, foi possível chegar a um compromisso com a Segurança Social, a fim de garantir maior eficácia e proximidade com os utentes, em que esta entidade aceitou que as suas técnicas se deslocassem, em datas e momentos a combinar previamente, às instalações do Tribunal onde receberiam os interessados e realizariam as diligências necessárias à sua intervenção.

A disponibilização dessa sala foi assegurada pelo Conselho de Gestão, mas está dependente do fornecimento de equipamento – já pedido à DGAJ.

Quanto à **mediação** a sua incidência prática continua próxima do zero.

### **Direitos dos Trabalhadores**

1 – Tal como referimos anteriormente, é este um domínio em que não foi necessário introduzir grandes alterações de procedimentos.

Pelo contrário. Os resultados obtidos – e que já vêm de um tempo anterior à reforma – justificam que não se introduzam grandes mudanças nos métodos de trabalho. De facto, o atendimento ao público é feito – como sempre foi –  **pessoalmente**  pela senhora Procuradora da República em dia próprio para o efeito, mas sem embargo da atenção devida a situações urgentes – sinistralidade laboral, despedimento lícito, etc. – que são atendidas independentemente do dia da semana.

Por outro lado não há – como nunca houve – “listas de espera” no atendimento em Beja não existindo, salvo raras situações de grande afluência, “*numerus clausus*” quanto ao número de pessoas a atender no dia reservado para o efeito.





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

2 – Também neste domínio - já o dissemos - não é necessário criar mecanismos novos de melhoramento dos procedimentos seguidos. O Ministério Público em Beja assegurou sempre a maioria da representação dos trabalhadores nas acções emergentes de contrato de trabalho, fosse qual fosse a natureza dos pedidos – desde a simples reclamação de dias de trabalho não pago, passando pela impugnação de despedimento, até à contabilização e reclamação de trabalho suplementar, etc. -. Nunca foi prática do Ministério Público no Tribunal de Trabalho de Beja enviar o trabalhador para o sistema de apoio judiciário, com nomeação de patrono, assumindo, pelo contrário a maioria dos patrocínios.

E assim se trabalha ainda hoje.

3 – Há procedimentos estabelecidos para a comunicação entre a Procuradoria de trabalho e as demais Procuradorias com competência na área cível nos casos de insolvência e recuperação de empresas – muito escassos actualmente – em que estejam em causa os direitos dos trabalhadores.

Esses são cada vez mais raros mas os magistrados estão alertados para os procedimentos e legitimidade que lhes advém nestas situações. Quanto muito apenas será necessário renovar esse conhecimento, face à nova realidade humana pós movimento.

### **Jurisdição Cível**

1 - A intervenção do Ministério Público no âmbito da jurisdição cível mantém-se em níveis muito baixos na Comarca de Beja.

No âmbito do contencioso patrimonial do Estado há apenas a registar algumas (poucas) acções de liquidação de herança vaga a favor do Estado e deverá ser proposta em breve uma acção de impugnação de justificação – artº 116 do Código do Registo Predial – e uma outra emergente de acidente de viação.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Não foram contestadas acções no âmbito do contencioso patrimonial do Estado.

A qualidade técnica das intervenções do Ministério Público é assegurada pela cadeia hierárquica - quer em primeira linha com intervenção do Coordenador, quer em segunda linha através do contacto permanente com a responsável para a área respectiva junto da Procuradoria Distrital – exercendo-se um controlo sobre toda a fase que precede a apresentação do respectivo articulado, nomeadamente na recolha de prova e no contacto com o departamento estadual competente.

No sentido de desburocratizar, simplificar e acelerar o tempo de intervenção – prática difícil sempre que é necessário contactar a administração central - recomendou-se aos senhores Procuradores o estabelecimento de vias informais de contacto com os agentes públicos, personalizando em um ou dois funcionários – via telefónica ou por mail – o fluxo de informação, designadamente na recolha de prova, fornecimento de documentação, liquidação e pagamento de taxa de justiça, etc.

Quanto ao pagamento de taxa de justiça continuam a ocorrer situações de bloqueio – um caso em Odemira – com resistências por parte do organismo respectivo em proceder à sua liquidação. Relativamente à situação descrita no documento anterior não se registaram progressos.

2 – Continuamos a não ter registos de qualquer iniciativa do Ministério Público em prol da defesa do consumidor, reproduzindo-se a situação já descrita anteriormente. Especificamente connexionadas com Beja não foram denunciadas situações, nem detectados casos em que se fosse possível equacionar a intervenção do Ministério Público a esse nível.

3 - Registe-se o volume de intervenção do Ministério Público no âmbito das acções de interdição e inabilitação, tendo sido propostas, no período de 1 de Setembro de 2016 a 15 de Julho de 2017, **80 (oitenta) acções.**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Trata-se de um segmento de actividade em que o Ministério Público tem estado particularmente activo. Existe uma grande interacção com a Segurança Social e diversas instituições de acolhimento, interacção essa da qual vem resultando uma cada vez maior intervenção.

**Jurisdição de Comércio**

Os procedimentos propostos para esta jurisdição, que não existe formalmente individualizada na Comarca de Beja, já se encontram descritos no item referente à jurisdição de trabalho, dada a conexão entre as respectivas matérias e a perspectiva com que são tratadas. No período que tomámos em referência a senhora Procuradora da República, em função de procedimentos já estabelecidos, promoveu a intervenção da jurisdição do comércio/cível em três ocasiões, tendo o patrocínio dos trabalhadores sido assegurado.

Beja, 17 de Outubro de 2017

O Magistrado do Ministério Público Coordenador

(José Bernardo Almeida Marujo)